



3458033



00135.206603/2023-92



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
ATA 311ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONANDA .
DATA: 14, 15 E 16 DE FEVEREIRO DE 2023

Nos dias quatorze, quinze e dezesseis do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, no Auditório Ana Paula Crossara, Edifício Parque Cidade Corporate, localizado no Setor Comercial Sul Quadra 9, Torre A, 8º e 10º andares, Asa Sul, Brasília – DF, foram realizadas a Tricentésima Décima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente – CONANDA e a Solenidade de Posse dos representantes que comporão o Conanda no biênio 2023-2024. **No dia 15/02/2023** estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Ana Paula Guidolin (MF); Ariel de Castro Alves (SNDCA/MDH); Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Carlos Frederico dos Santos (União Escoteiros do Brasil); Célia Regina Ribeiro de Freitas (FENAPESTALOZZI); Danyel Iório de Lima (MDS); Dayse César Franco Bernardi (NECA); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Edmundo Ribeiro Kroger (CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Eloi Gallon (CNBB); Evelinny Gonçalves Pereira Lopes (MTPS); João Victor da Motta Batista (MTPS); Jonata Carvalho Galvão da Silva (MJSP); Marco Antônio Soares (CUT); Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá (MNMMR); Marina de Pol Poniwas (CFP); Marta Volpi (ABRINQ); Mônica de Alkmim Moreira Nunes (MNDH); Romero José da Silva (GAJOP); Rozangela Borota Teixeira (FEBRAEDA); Sandra Alves da Mata e Souza (MEC); Sérgio Eduardo Marques da Rocha (Aldeias Infantis SOS Brasil); Tatiana Augusto Furtado Gomes (SALESIANO). Representantes do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA): Eduarda Nayara Lemes de Andrade (SP); Elizabeth Paola S. Callisaya (SP); Karina Dias Azeredo (SP); Rayssa Dias Lima (MA); William Eleutério Azevedo dos Santos (SE); Yasmin Santos Oliveira (SE). Convidados: Diego Bezerra Alves, Ricardo Washington de Melo (FNDC). **No dia 16/02/2023** estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Ana Paula Guidolin (MF); Ariel de Castro Alves (SNDCA/MDH); Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Bruna Bragança Boreli Volponi (MS); Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Carlos Frederico dos Santos (União Escoteiros do Brasil); Célia Regina Ribeiro de Freitas (FENAPESTALOZZI); Dayse César Franco Bernardi (NECA); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Edmundo Ribeiro Kroger (CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Eloi Gallon (CNBB); Evelinny Gonçalves Pereira Lopes (MTPS); João Victor da Motta Batista (MTPS); Jonata Carvalho Galvão da Silva (MJSP); Marco Antônio Soares (CUT); Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá (MNMMR); Maria Luiza Moura Oliveira (SNDCA/MDH); Marina de Pol Poniwas (CFP); Marta Volpi (ABRINQ); Mônica de Alkmim Moreira Nunes (MNDH); Romero José da Silva (GAJOP); Rozangela Borota Teixeira (FEBRAEDA); Sandra Alves da Mata e Souza (MEC); Tatiana Augusto Furtado Gomes (SALESIANO). Representantes do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA): Eduarda Nayara Lemes de Andrade (SP); Elizabeth Paola S. Callisaya (SP); Karina Dias Azeredo (SP); Rayssa Dias Lima (MA); William Eleutério Azevedo dos Santos (SE); Yasmin Santos Oliveira (SE).

14/02/2023 – Cerimônia de Posse dos representantes que comporão o Conanda no biênio 2023-2024: Neste ato, foram empossados os representantes da Sociedade Civil e do Poder Público para a composição do biênio 2023-2024 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (Conanda). Representando a **Sociedade Civil**, foram eleitos os seguintes conselheiros titulares e suplentes: Eixo I: Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta), na qualidade de Conselheira Titular e Mônica de Alkmim Moreira Nunes (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH), na qualidade de Conselheira Suplente. Eixo II: Antônio Lacerda Souto (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG), na qualidade de Conselheiro Titular e Célia Regina Ribeiro de Freitas (Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI), Edmundo Ribeiro Kroger (de Educação e Cultura Popular – CECUP), na qualidade de Conselheiro Titular e Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR). Eixo III: Romero José da Silva (Gabinete de Assessoria Jurídica das Organizações Populares – GAJOP), na qualidade de Conselheiro Titular e Sérgio Eduardo Marques da Rocha (Aldeias Infantis SOS Brasil). Eloi Gallon (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB), na qualidade de Conselheiro Titular e Rozangela Borota Teixeira (Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA), na qualidade de Conselheira Suplente. Marco Antônio Soares (Central Única dos Trabalhadores – CUT), na qualidade de Conselheiro Titular e Dayse Cesar Franco Bernardi (Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente – NECA), na qualidade de Conselheira Suplente. Marina de Pol Poniwas (Conselho Federal de Psicologia – CFP), na qualidade de Conselheira Titular e Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História), na qualidade de Conselheira Suplente. Marta Volpi (Fundação Abring pelos Direitos da Criança e do Adolescente), na qualidade de Conselheira Titular e Ana Claudia Cifali (Instituto Alana), na qualidade de Conselheira Suplente. Tatiana Augusto Furtado Gomes (Inspetoria São João Bosco), na qualidade de Conselheira Titular e Carlos Frederico dos Santos (União dos Escoteiros do Brasil), na qualidade de Conselheiro Suplente. Representando o **Poder Público** foram eleitos os seguintes conselheiros titulares e suplentes: Tereza Santos Faria (Ministério da Educação), na qualidade de Conselheira Titular e Sandra Alves da Mata e Souza (Ministério da Educação), na qualidade de Conselheira Suplente. Ariel de Castro Alves (Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/MDH), na qualidade de Conselheiro Titular e Maria Luiza Moura Oliveira (Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/MDH), na qualidade de Conselheira Suplente. Fabiane Macedo Borges (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome), na qualidade de Conselheira Titular e Danyel Iório de Lima (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome), na qualidade de Conselheiro Suplente. Evelinny Gonçalves Pereira Lopes (Ministério da Previdência Social), na qualidade de Conselheira Titular e Alberto Lázaro de Sousa Júnior (Ministério da Previdência Social). Ana Paula Guidolin (Ministério da Fazenda), na qualidade de Conselheira Titular e Lígia Toneto (Ministério da Fazenda), na qualidade de

Conselheira Suplente. Jonata Carvalho Galvão da Silva (Ministério da Justiça e Segurança Pública), na qualidade de Conselheiro Titular e Daniela Ferreira dos Reis (Ministério da Justiça e Segurança Pública), na qualidade de Conselheira Suplente. João Victor da Motta Batista (Ministério do Trabalho e Emprego), na qualidade de Conselheiro Titular e Denis dos Santos de Freitas (Secretaria de Previdência/Ministério do Trabalho), na qualidade de Conselheiro Suplente.

15/02/2023 – Abertura da 311ª Assembleia do Conanda: O Presidente Ariel de Castro Alves iniciou a reunião cumprimentando a todos. Em seguida, realizou a chamada dos conselheiros e conselheiras presentes. Havendo *quórum*, apresentou e contextualizou a seguinte pauta prevista para o os dois dias de reunião: Dia 15/02/2023: 1. Abertura da 311ª Assembleia do Conanda. 2. Plenária para definição da Presidência e Vice-Presidência. 3. Comissões Permanentes (CPP, CDHAP, CMF, COF, Mesa Diretoria e Comissão Organizadora da 12ª CNDCA). 4. Planejamento Estratégico do Conanda para o biênio 2023-2024. Dia: 16/02/2023. 1. Abertura da 311ª Assembleia do Conanda. 2. Aprovação do Calendário das Reuniões das Comissões do Conanda. 3. Relatoria da Comissão Permanente de Mobilização e Formação – CMF. 4. Intervalo Almoço. 5. Relatoria da Comissão Permanente de Políticas Públicas – CPP. 6. Relatoria da Comissão Permanente de Orçamento e Finanças – COF. 7. Relatoria da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP. 8. Encaminhamentos. 9. Encerramento. Avançando a Plenária para definição da Presidência e Vice-Presidência do Conanda, foram indicados para comporem a Presidência, Vice-Presidência e Secretaria Executiva os seguintes nomes: Presidente: Sr. Ariel de Castro Alves, Vice-Presidente: Sra. Marina de Pol Poniwas e Secretária-Executiva: Sra. Laurence Alves de Castro. Na sequência, ingressou-se em regime de votação para deliberar sobre os nomes indicados para ocuparem os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário-Executivo do Conanda. Não havendo manifestações em sentido contrário, os nomes indicados foram aprovados, por unanimidade. Suscitando questão de ordem, o Conselheiro Jonata Carvalho Galvão da Silva justificou a ausência dos representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública na solenidade de posse e elencou algumas iniciativas em que o órgão gostaria de auxiliar e de chamar a atenção. Foi aberta a palavra aos conselheiros para discursarem a respeito do protagonismo do Conanda no cenário político brasileiro. Após as manifestações, passou-se a abordagem das Comissões Permanentes (CPP, CDHAP, CMF, COF, Mesa Diretoria e Comissão Organizadora da 12ª CNDCA). A Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas informou que as indicações para a composição das comissões foram organizadas da seguinte forma pela Sociedade Civil: **(I) Comissão Permanente de Orçamento e Finanças – COF:** Coordenação: Edmundo Ribeiro Kroger e os conselheiros: Antônio Lacerda Souto, Marco Antônio Soares e Célia Regina Ribeiro de Freitas. **(II) Comissão Permanente de Mobilização e Formação – CMF:** Coordenação: Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá e os conselheiros: Eloi Gallon, Tatiana Augusto Furtado Gomes e Sérgio Eduardo Marques da Rocha. **(III) Comissão Permanente de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP:** relatoria: Carlos Frederico dos Santos e os conselheiros: Marta Volpi, Romero José da Silva, Ana Claudia Cifali e Mônica de Alkmim Moreira Nunes. **(IV) Comissão Permanente de Políticas Públicas – CPP:** relatoria: Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira e os conselheiros: Débora de Carvalho Vigevani, Rozangela Borota Teixeira e Dayse Cesar Franco Bernardi. **(V) Comissão Organizadora da 12ª CNDCA:** Coordenação: Antônio Lacerda Souto e os conselheiros: Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá, Sérgio Eduardo Marques da Rocha e Romero José da Silva. O Presidente Ariel de Castro Alves informou que as indicações para a composição das comissões foram organizadas da seguinte forma pelo Poder Público: **(I) Comissão Permanente de Políticas Públicas – CPP:** Coordenação: Fabiane Macedo Borges e os conselheiros: Bruna Bragança Boreli Volponi **(II) Comissão Permanente de Orçamento e Finanças – COF:** relatoria: Ana Paula Guidolin e os conselheiros: Evelinny Gonçalves Pereira Lopes e outros nomes a serem definidos. **(III) Comissão Permanente de Mobilização e Formação – CMF:** Relatora: Maria Luiza Moura Conselheiros João Victor da Motta Batista. **(IV) Comissão Organizadora da 12ª CNDCA:** A comissão está pendente de criação, desse modo, os indicados pelo Poder Público serão anunciados quando o grupo for constituído. **(V) Comissão Permanente de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP:** Coordenação: Jonata Carvalho Galvão da Silva e as conselheiras: Tereza Santos Faria e Sandra Alves da Mata e Souza. Logo em seguida, os adolescentes componentes do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) informaram a qual comissão cada um pertencia. O Adolescente William Eleutério Azevedo dos Santos juntamente com o seu suplente, estão compondo a Mesa Diretora do Conanda. A Adolescente Eduarda Nayara Lemes de Andrade juntamente com sua suplente compõe a Mesa Diretora do Conanda. A Adolescente Rayssa Dias Lima e seu suplente integram a Comissão Permanente de Políticas Públicas (CPP). A Adolescente Yasmin Santos Oliveira juntamente com a sua suplente integra a Comissão de Mobilização e Formação (CMF). A Adolescente Karina Dias Azeredo e seu suplente compõe a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Ação Parlamentar (CDHAP). A Adolescente Elizabeth Paola S. Callisaya juntamente com seu suplente integram a Comissão Permanente de Orçamento e Finanças (COF). O Presidente Ariel de Castro Alves lembrou a todos que os coordenadores e os adolescentes integram igualmente a Mesa Diretora. Desse modo, avançou-se ao Planejamento Estratégico do Conanda para o biênio 2023-2024. O Conselheiro Danyel Iório de Lima questionou se as indicações eram aprovadas ou não pelo Pleno, sendo imediatamente respondido que sim. Prosseguiu aos questionamentos indagando se a presença dos conselheiros suplentes seria financiada pelo Conanda ou se a própria organização a qual representam será a responsável pelo custo. Em contrapartida, a Conselheira Mônica de Alkimin Moreira Nunes lembrou que o Regimento Interno não restringiu a participação de conselheiros suplentes nas comissões e nem na Mesa Diretora e que os suplentes seriam privilegiados na atual gestão do Conanda quanto a sua participação e relatoria nas comissões. A Conselheira Dayse Cesar Franco Bernardi justificou que a Sociedade Civil pensou em uma representação conjunta entre os conselheiros titulares e suplentes. Opinou no sentido de que o Conanda deveria ser uma referência nacional, a partir da doutrina da participação cidadã. Nesse sentido, informou que a proposta da sociedade civil era diminuir a distância entre os conselheiros titulares e suplentes, além de organizar melhor as ações. Propôs que o custo da locomoção dos conselheiros suplentes fosse disciplinado pelo Regimento Interno do Conanda. A Conselheira Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá realizou uma breve fala em defesa da participação dos conselheiros suplentes nas reuniões do Conanda. Registrou que os membros suplentes iriam participar das reuniões seja pelo financiamento das entidades para o custeio das passagens ou vias próprias. O Presidente Ariel de Castro Alves explicou que ao abrir a exceção para um conselheiro suplente haveria precedente para que todos os outros conselheiros dessa categoria requeressem a ajuda de custo, bem como os adolescentes membros do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA). Fez consignar a importância do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNRN) e das demais entidades que compõem o Colegiado na luta em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes. O Adolescente William Eleutério Azevedo dos Santos complementou que o Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) fez uma indicação para a Comissão da 12ª CNDCA, que foram: Isis de Jesus Reis, como titular e Clebson Tavares de Sá, como suplente. Não havendo mais manifestações, ingressou-se em regime de votação para deliberar a respeito dos nomes indicados para comporem as comissões permanentes do Conanda. Não havendo manifestações em sentido contrário, as indicações foram

consideradas aprovadas. Contudo, o Presidente Ariel de Castro Alves fez constar que a Comissão Permanente de Mobilização e Formação (CMF) terá como coordenadora a Conselheira Suplente Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá e que as passagens serão custeadas pela Sociedade Civil. Devido a outros compromissos firmados, o Presidente Ariel de Castro Alves justificou a sua ausência da reunião. Foi suscitada questão de ordem, a fim de registrar que a Sociedade Civil tem o compromisso de não deixar de cumprir as suas atribuições, não de arcar com o custo das passagens, mas a de não faltar as reuniões. Justificou-se que se o compromisso pelo custeio das passagens for de antemão assumido descartaria a possibilidade futura de que o custeio das locomoções seja custeado pelo Conanda. Logo em seguida, foi concedido intervalo para almoço. Reiniciada a reunião, passou-se a apresentação sobre o panorama geral das atividades das comissões permanentes do Conanda pela equipe da Flacso Brasil. A Sra. Maria Izabel da Silva (Bel), Coordenadora Técnica da Flacso Brasil, iniciou a apresentação demonstrando o apanhado geral das atividades realizadas no último biênio para que as ações pendentes fossem trabalhadas na gestão atual. A respeito da Comissão de Orçamento e Finanças (COF), alegou que a comissão se debruçou sobre o plano de aplicação dos recursos do fundo nos anos de 2021 e 2022, monitorando de perto, a sua execução e que quando uma atividade não conseguia ser executada, a comissão partia para a execução de outra atividade prevista na organização. Informou que cem por cento do orçamento havia sido executado ao longo do último biênio e que diversas discussões com o coordenador da Comissão de Orçamento e Finanças (COF) foram feitas à época para que ocorresse o descontingenciamento dos recursos do fundo. Mencionou acerca do Projeto de Lei do SINASE, a qual também tramitou perante as demais comissões permanentes, o qual foi amplamente discutido e que ocorreu a criação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, por meio da Resolução nº 226, de 23 de dezembro de 2021, a qual realizou um levantamento acerca da existência dos fundos municipais e estaduais dos direitos das crianças e adolescentes, com o propósito de cadastrá-los junto à Receita Federal, a fim de que fosse possível a doação de pessoas físicas para o fundo. No que diz respeito a Comissão Permanente de Políticas Públicas (CPP), destacou a respeito das discussões relativas aos impactos gerados pela COVID-19, a exemplo da utilização dos fundos locais para o atendimento às crianças e adolescentes durante o período pandêmico e a orfandade generalizada causada pelo número crescente de responsáveis mortos em decorrência do vírus. Ressaltou sobre a participação dos Adolescentes membros do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) quanto ao retorno presencial das aulas durante a pandemia e a recomendação de vacinação para o retorno seguro das crianças e adolescentes ao ambiente escolar, além da necessidade de se prosseguir com o debate a respeito das vítimas da orfandade no âmbito do Conanda. Informou a respeito da discussão do tema envolvido na Ação Civil Pública, que trata sobre a efetividade das políticas públicas voltadas a inclusão das pessoas com deficiência e de proteção aos menores, de forma a alterar a Resolução Conjunta nº 01, de 09 de agosto de 2017 – CONANDA/CONARE/DPU, que dispõe sobre os procedimentos de identificação preliminar, atenção e proteção de crianças e adolescentes desacompanhados ou separados e dá outras providências e sobre a resolução que trata do registro das organizações que executam programas de aprendizagem. Mencionou sobre a missão ocorrida em Pacaraima, Estado de Roraima, relacionado ao atendimento de crianças e adolescentes imigrantes da Venezuela, a respeito da Resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022, das medidas do socioeducativo em meio aberto, da minuta da resolução sobre os egressos do sistema socioeducativo e acerca da discussão envolvendo o tema do Transtorno do Espectro Autista. Sobre a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Ação Parlamentar (CDHP), abordou sobre o posicionamento contrário do Conanda à aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 18/2011, que propõe a redução da idade mínima para ingresso no trabalho. O Conanda se posicionou contrariamente ao escopo da proposta, assim como aquela contida no Projeto de Lei (PL) nº 7.553/2014, que propunha a alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para tornar público a imagem de adolescentes maiores de 14 anos para quem se atribui ato infracional. Além dos projetos supra, foi abordado ainda a respeito do Projeto de Lei (PL) nº 1265/2011, cuja autoria foi a do Deputado Federal Alexandre Molon (PT-RJ), que dispõe sobre o número de conselhos tutelares por município e o Projeto de Lei (PL) nº 6461/2019, que instituiu o Estatuto do Aprendiz. Destacou a respeito da incessante luta em prol da queda da Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 18/2011 e da publicação da reforma do texto tangente a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014, que trata da escolha unificada dos conselheiros tutelares. Ademais, citou a respeito da resolução conjunta do CONARE e CONANDA sobre as crianças e adolescentes desacompanhadas e sobre a Nota Pública a respeito do Projeto de Lei (PL/ALESP) nº 755/2020, que estabelece a possibilidade de que as famílias que se encontrem na fila para adoção funcionem como famílias acolhedoras e lhes concedam prioridade para adotarem as crianças ou adolescentes que tenham acolhido. A Conselheira Marta Volpi complementou a apresentação abordando a respeito da discussão envolvendo o Projeto de Lei (PL) nº 10433/2018, o qual teve posicionamento oficial a favor da aprovação pelo Conanda e sobre o tema envolvendo a educação domiciliar. Retomando a apresentação, a Sra. Maria Izabel da Silva (Bel) destacou a respeito da discussão que foi inserida nas plenárias a respeito do novo ensino médio e a sobre a criação do grupo de trabalho temático, instituído pela Resolução nº 228, de 27 de dezembro de 2021, que trata das políticas públicas para prevenção, atendimento e enfrentamento de violências contra crianças e adolescentes pertencentes aos povos originários e comunidades tradicionais. Em complemento as informações prestadas, a Conselheira Dayse Cesar Franco Bernardes informou que o grupo de trabalho construiu um relatório com várias propostas a respeito da situação das crianças da tribo *Yanomami* e que foi realizada uma denúncia sobre o caso recente da morte e o estupro de uma criança de 12 anos. Entretanto, alegou que o documento não havia sido publicado na gestão anterior, em razão da resistência dos conselheiros representantes do Poder Público. Sugeriu que o documento estava hábil para ser implementado. Todavia, para que isso acontecesse seria necessário que o grupo de trabalho temático seja instruído e composto, a fim de que se tornasse uma composição permanente para possibilitar o bom andamento dos trabalhos, inclusive influenciando em políticas de prevenção a essas violências. O Conselheiro Carlos Frederico dos Santos sugeriu que o Conanda deliberasse, em caráter extraordinário, a convalidação da Resolução aprovada no biênio anterior sobre a criação do grupo de trabalho temático. A Conselheira Daniela Cristina Porto indicou que o relatório produzido pelo grupo de trabalho temático seria fundamental na ação que estava sendo desenvolvida no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública a respeito de uma série de medidas voltadas para as ações em territórios indígenas com o apoio do Ministério de Povos Indígenas, em especial ao combate de sub-registros de povos originários, com ênfase nos territórios indígenas que estavam sendo discutidos no bojo da Arguição de Preceito Fundamental (ADPF) nº 709, que tramita perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Continuando com a apresentação, a Sra. Maria Izabel da Silva (Bel) realizou um adendo e informou que a Comissão da 12ª CNDCA trabalhou com uma nova identidade visual para o evento e que também foi produzido o documento base. Informou que a etapa nacional ocorrerá nos dias 07 a 10 de novembro de 2023 e que os recursos metodológicos para a realização do evento foram encaminhados a OEI para a execução e acompanhamento das atividades a serem desenvolvidas. A respeito das etapas estaduais, informou que se iniciariam em março de 2023 e que várias etapas municipais ocorreram, sendo observado que a Flacso Brasil não obteve informações acerca da

participação dos adolescentes nesses eventos. Feito o adendo, abordou sobre a apresentação da operação acolhida, sobre a parceria público-privada no SINASE, com o posicionamento do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA), a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em braille. Finalizada a apresentação, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. O Conselheiro Danyel Lório de Lima chamou atenção pela série de pautas comuns entre as comissões e sugeriu que as pautas relativas aos temas fossem marcadas como “comuns”. Não obstante a isso, a Conselheira Dayse Cesar Franco Bernardes observou que todos os temas enfrentados nas comissões são transversais e que mediante a isso, havia a necessidade de se estabelecer um diálogo. Lembrou que em determinadas ocasiões às comissões eram juntadas para deliberarem sobre o assunto que possuísem em comum e que um planejamento estratégico seria o norteador para o estabelecimento de metas e períodos. Sugeriu que os conselheiros indicassem mudanças às quais julgassem necessárias. A Conselheira Marta Volpi salientou que o horário distinto das reuniões de cada comissão ajudou muito na discussão conjunta de temas. O Conselheiro Romero Silva opinou que o planejamento servia para refletir, a partir daquilo que foi feito para que novas ações fossem realizadas. Contudo, alegou que pensar no trabalho das comissões não seria “o fim nela mesma sobre os temas” e que não deveria existir um rigor muito grande quanto ao esgotamento de toda e qualquer discussão que esteja sendo debatida no âmbito das comissões, uma vez que o assunto seria abordando também em Plenário. Avançando na discussão a respeito do planejamento estratégico, a Sra. Maria Izabel da Silva (Bel) trouxe a proposta elaborada pela equipe da Flasco Brasil no sentido de realizar um rodízio de adolescentes a cada assembleia do Conanda, a fim de que os jovens cumpram os seus compromissos educacionais, sociais e proporcionem que outros adolescentes participem das reuniões plenárias do Conanda. Finalizadas todas as manifestações a respeito do assunto, os conselheiros membros das comissões se reuniram para discutirem os planos e estratégias de seus grupos em apartado. Assim, o primeiro dia de reunião da 311ª Assembleia Ordinária do Conanda foi encerrado.

16/02/2021 – Abertura da 311ª Assembleia do Conanda: A Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas iniciou a reunião cumprimentando a todos e passou a Aprovação do Calendário das Reuniões das Comissões do Conanda. Informou que a proposta do calendário é para que as reuniões das comissões ocorram no meio de cada mês, em horários diferentes para que todos os conselheiros e conselheiras possam acompanhar os debates. Contudo, destacou que em conversa com a Secretária Executiva, percebeu que no mês de novembro do corrente ano seria ideal realizar uma alteração na data, em razão da etapa nacional que ocorreria. Assim, a proposta para o mês de novembro é para que a reunião acontecesse antes da conferência, para ajustar eventual ponto discrepante. Suscitando a fala, a Conselheira Débora de Carvalho Vigevani sugeriu que as reuniões das comissões acontecessem de forma virtual, a fim de que os convidados e conselheiros espalhados pelo Brasil conseguissem participar de forma remota. O Conselheiro Romero Silva julgou ser fundamental que as reuniões acontecessem presencialmente e que o planejamento do calendário de reuniões fosse estipulado pelos membros do grupo, conforme a necessidade de ser presencial ou virtual, com o propósito de não impedir a participação de todos. Em relação ao mês de novembro, concordou com a alteração no calendário. Na mesma linha da fala da conselheira que a antecedeu, a Conselheira Marta Volpi acreditou que o formato virtual das reuniões possibilita uma participação maior tanto dos membros da comissão, conselheiros suplente e convidados, que estão em outros estados da federação e que, porventura, não podem se deslocar de uma comissão para uma reunião presencial. Considerou que foi uma luta para que as reuniões acontecessem presencialmente e que poderia ser adotado o formato híbrido, a fim de não excluir nenhuma possibilidade. Em concordância com a fala do conselheiro que a antecedeu, a Conselheira Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá destacou sobre a importância do formato híbrido nas assembleias do Conanda. Com relação ao mês de novembro de 2023, acreditou que talvez fosse necessário acrescentar mais um dia de reunião Plenária naquele mês, para que seja resolvida qualquer pendência em relação à etapa nacional. Em concordância com a fala anterior, a Conselheira Mônica de Alkimim Moreira Nunes manifestou posicionamento para que as reuniões das comissões ocorressem na modalidade virtual. Justificou que o Regimento Interno do Conanda, no artigo 29, dispõe que as comissões e grupos temáticos poderiam ser compostos por membros titulares e suplentes, porém, o mesmo documento constitutivo preconiza que os suplentes participariam por meios próprios, ou seja, com custos e despesas próprias. Assim, se as comissões fossem presenciais acarretariam ônus aos conselheiros suplentes com a despesa individual de deslocamento. Defendeu que a modalidade virtual possibilita de os convidados participarem e asseguraria a presença dos membros suplentes. Com relação a sugestão do acréscimo de um dia nas assembleias do Conanda, observou que isso poderia gerar um custo maior, contudo, não identificou nenhum problema no acréscimo para que questões eventualmente levantadas fossem resolvidas. A Adolescente Yasmin Santos Oliveira alegou que o formato presencial das reuniões das comissões inviabilizaria a participação dos outros adolescente, tendo em vista que o Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) estava ocorrendo em rodízio, chegando à conclusão de que não seria possível realizar a manutenção do rodízio na participação dos jovens nas comissões. Desse modo, defendeu a realização das reuniões das comissões no formato virtual. O Conselheiro Antônio Lacerda Souto manifestou-se em defesa da realização das reuniões presenciais, justificando, para tanto, que não se tratava de despesa, mas investimento em participação social pelo governo. Ponderou que as reuniões poderiam ocorrer de forma virtual, porém, seria importante que as comissões se reunissem presencialmente, para debater e apresentar o que foi produzido na reunião virtual. O Conselheiro Eloi Gallon defendeu que as reuniões acontecessem das duas formas. Observou sobre a importância de as reuniões ocorrerem em horários distintos, para que não virasse uma plenária, o que poderia dificultar o aprofundamento das discussões. O Adolescente William Eleutério Azevedo dos Santos destacou que para a efetivação da participação dos adolescentes seria imprescindível a aquisição dos equipamentos tecnológicos, para a utilização pelos membros do CPA, os quais ainda não foram entregues. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger, em síntese, alegou que não estava mais disposto a participar de reuniões virtuais e que as tecnologias não podem substituir a comunhão com as pessoas. Defendeu que a participação social e a democracia deveriam ser financiadas. A Conselheira Marta Volpi defendeu a realização das reuniões de forma híbrida e que nenhum formato fosse excluído. Não obstante a isso, foi sugerido que as reuniões extraordinárias ocorressem exclusivamente no formato virtual e as reuniões ordinárias mantidas presencialmente antes das assembleias do Conanda. Foi suscitada questão de ordem para sanar o debate. Sendo apresentadas duas propostas: a primeira no sentido de que as reuniões das comissões permanentes aconteçam, exclusivamente, no formato virtual. A segunda foi na linha de que somente as reuniões extraordinárias aconteçam no formato virtual e as reuniões ordinárias ocorram presencialmente antes das assembleias ordinárias do Conanda. Para fins de encaminhamento, a Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas exauriu o entendimento da Mesa Diretora no sentido de que as reuniões das comissões permanentes poderiam acontecer de forma híbrida para aqueles membros que não tiverem possibilidades de comparecer presencialmente. A Adolescente Rayssa Dias Lima pontuou sobre a importância de que os horários das reuniões virtuais

não coincidam com os horários de aula dos adolescentes. O Conselheiro Eloi Gallon opinou que fosse organizado um momento com a coordenação e a relatoria após as reuniões, para que fossem saneadas as questões que seriam levadas ao Plenário. A Conselheira Evelinny Gonçalves Pereira destacou, em síntese, sobre a importância de se observar os modelos e o resultado dos formatos adotados na gestão anterior. O Presidente Ariel de Castro Alves em observância ao orçamento previamente determinado no ano anterior, propôs a manutenção do modelo para que as comissões, uma semana antes, fossem reunidas e desenvolvidas de forma exclusivamente virtual. Quanto a Mesa Diretora, essa se reuniria no primeiro dia das assembleias do Conanda. Destacou que o Plenário deveria refletir em uma forma de regulamentação do formato híbrido das reuniões. Desse modo, as propostas apresentadas seriam apresentadas da seguinte forma: a primeira defende que as reuniões ordinárias das comissões acontecessem no formato híbrido e as reuniões extraordinárias no formato virtual e a segunda seria pela manutenção do formato adotado na gestão anterior, para que as reuniões acontecessem de forma exclusivamente virtual e somente as assembleias do Conanda seriam presenciais. A Conselheira Marta Volpi considerou que a reunião feita com antecedência a Plenária agregou muito nas discussões e na divisão de tarefas. O Conselheiro Marco Antônio Soares propôs que fosse votada somente a segunda proposta, o que foi assentido por todos. Na sequência, foi realizada a verificação do *quórum*. Verificou-se como suficiente. Nessa perspectiva, ingressou-se em regime de votação para deliberar sobre a aprovação do calendário e pela manutenção do formato de reuniões das comissões permanentes adotada pela gestão anterior do Conanda. Não havendo manifestações em sentido contrário, o calendário e o formato de reuniões foram aprovados. Avançando na pauta, passou-se a relatoria das comissões permanentes. A Comissão Permanente de Direitos Humanos e Ação Parlamentar (CDHP) iniciou a apresentação do relatório. O Conselheiro Carlos Frederico dos Santos informou que a comissão se reuniu no dia anterior e que foram discutidos, de forma abundante, diversos temas. A título de deliberação, o grupo decidiu seguir com o processo de atualização do trabalho que foi realizado pelos membros da gestão anterior. Contudo, destacou que foi identificada a necessidade de se discutir mais profundamente sobre a metodologia de trabalho a ser empregada. Diante disso, foi proposta aos membros que fosse realizada uma reunião extraordinária virtual para debater sobre o assunto. Registrou que o Conselheiro Jonata Carvalho Galvão da Silva não pode comparecer à reunião da comissão e por força do regimento, não houve a indicação de um membro titular para substituí-lo, de maneira que o relator, na forma do Regimento Interno, fez a coordenação da reunião da comissão. Apresentou que seria trabalhada tão somente a definição dos eixos e que os membros compreenderam que o Pleno poderia sugerir novos temas para serem abordados. Além disso, informou que foram definidos nove temas para comporem o eixo central e que os conteúdos seriam discutidos na próxima reunião ordinária, que aconteceria no dia seguinte à reunião extraordinária da comissão no dia 07 de março de 2023, no modo virtual. Elogiou a participação dos adolescentes na reunião e propôs que a apresentação do relatório fosse dividida por eixos, temas e ações. Complementado a apresentação, a Adolescente Karina Dias Azeredo destacou que os eixos não são definitivos e que eram apenas um rascunho dos temas que os membros gostariam de trabalhar. Nesse interim, o Conselheiro Carlos Frederico dos Santos apresentou os eixos, que são os seguintes: promoção, proteção e garantia dos direitos dos povos originários e comunicadas tradicionais; sistema nacional de atendimento do socioeducativo; SINASE; crianças e adolescentes no âmbito das tecnologias da informação e comunicação; violações dos direitos das crianças e dos adolescentes; desastres naturais; sistemas de proteção à vida; PPCAAM; PPDIDH e PROVITA; incidência política de sistemas nacional e internacional; sistemas de garantias de direitos; sistema de gestão da informação sobre a infância e adolescência; questões de gênero e proteção social. Solicitou que fosse aprovado o relatório com as propostas encaminhadas, sendo admitida a possibilidade de algum conselheiro ou conselheira sugerir mudanças no eixo ou a inclusão de algum outro tema. O Coordenador da comissão, Conselheiro Jonata Carvalho Galvão da Silva realizou um adendo sobre o primeiro eixo elencado. Preocupou-se ante a nova estrutura ministerial adotada pelo atual governo do país, onde existe um Ministério próprio para tratar sobre os assuntos envolvendo povos indígenas e comunidades tradicionais. Assim, caso haja a manutenção desse eixo, indicou que o MPI deveria participar das discussões ou que o tema fosse levado à discussão pela Comissão Permanente de Políticas Públicas (CPP). Finalizada a apresentação, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. A Conselheira Débora de Carvalho Vigevani observou que o tema da garantia da convivência familiar e comunitária era um dos fatores para garantir a proteção integral e que ele não estava disposto em nenhum eixo. Diante disso, sugeriu que o tema fosse incorporado nas discussões da comissão permanente. A Conselheira Marta Volpi julgou importante ter critérios de definição para depois elencar os temas que serão prioritários para o Conanda, para contemplar os setores da infância que necessitam de atenção, além de elencar os métodos e parâmetros a serem adotados para o enfrentamento das questões. A Conselheira Dayse Cesar Franco Bernardes propôs que as prioridades de cada grupo fossem discutidas, a fim de elencar quais prioridades seriam enfrentadas pelo Conanda e definida a dinâmica de trabalho. Além disso, sugeriu que fosse criado um grupo temático para tratar da questão referente ao povo *Yanomami*, bem como aquele relacionado a coalisão da orfandade causada pela COVID-19. A Conselheira Mônica de Alkimim Moreira Nunes solicitou que as propostas apresentadas na fala anterior fossem elencadas como “urgentes”. A Conselheira Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá destacou como prioridades a serem tratadas a questão da socioeducação dos adolescentes em conflito com a lei. Finalizadas as considerações e manifestações, passou-se a deliberação a respeito do relatório apresentado. Assim, ingressou-se em regime de votação para deliberar sobre a proposta de datas para a realização das reuniões ordinárias da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar (CDHP) no dia 06 de março de 2023 e a reunião extraordinária no dia 07 de março de 2023. Não havendo manifestação em sentido contrário, as datas foram aprovadas. O Presidente Ariel de Castro Alves sugeriu que a Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar (CDHP) editasse uma manifestação contra a fala exaurida pelo Sr. Roberto Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, romantizando o trabalho infantil, pedido no qual foi acatado pelos membros. Avançando nas apresentações, passou-se ao relatório da Comissão Permanente de Mobilização e Formação (CMF). A Conselheira Maria Luiza Moura Oliveira relatou que a partir das ações dos membros da comissão da gestão anterior identificou-se que muitas não foram cumpridas. Assim, o intuito da nova composição era o de dar andamento as ações e desafios que não foram cumpridos e buscou-se um alinhamento com as demais comissões permanentes e com do Conanda. Informou que o relatório seria socializado para todos os conselheiros e conselheiras e que qualquer contribuição seria recebida. Finalizada a apresentação, abriu-se para manifestações e considerações a respeito. O Conselheiro Sérgio Eduardo Marques da Rocha destacou que o ponto crucial do planejamento da Comissão Permanente de Mobilização e Formação (CMF) era dar garantia a continuação dos trabalhos do Comitê de Participação de Adolescente (CPA), em especial com a distribuição e acesso a computadores. Argumentou que todas as ações e desafios cumpridos foram retirados do relatório e que a redação do texto foi melhorada. Ressaltou sobre a necessidade de escolher as prioridades e perpassá-las por todo o planejamento estratégico, para que as ações sejam integrativas com as demais comissões permanentes. A Conselheira Maria do Socorro Araújo Carvalho de Sá reforçou a ideia de que a garantia do funcionamento do Comitê

de Participação de Adolescentes (CPA) é uma prioridade e que os equipamentos solicitados pelos jovens devem ser entregues para que consigam participar das reuniões. Prosseguiu mencionando outros aspectos que julgou importante destacar, a exemplo do financiamento do CPA, a participação das caravanas de adolescentes na etapa nacional e a eleição dos conselheiros tutelares estaduais e municipais. A Adolescente Yasmin Santos Oliveira reforçou sobre as propostas que foram discutidas na reunião, em específico a respeito da participação do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA). Complementando as informações, a Conselheira Maria Luiza Moura Oliveira destacou sobre a importância da discussão dos temas relacionados à saúde mental das crianças e adolescentes e noticiou um caso trágico de uma adolescente de 14 anos que cometeu suicídio. O Conselheiro Eloi Gallon em síntese, refletiu sobre como seria feito o cruzamento dos temas de debate entre as comissões. Suscitando a fala, a Sra. Maria Izabel da Silva (Bel) solicitou ao Plenário que se posicionasse com relação a forma de trabalho que vem sendo conduzida pela equipe da Flasco Brasil e sobre o vencimento do prazo da carta acordo firmada com a instituição. Discursou sobre a importância de se investir na participação dos adolescentes e mencionou sobre o projeto caravana. No mais, o Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) sugeriu a realização de um rodízio na participação dos adolescentes nas reuniões do Conanda. Finalizadas as considerações e manifestações, passou-se a deliberação a respeito do relatório apresentado e sobre a proposta de rodízio apresentada pelos adolescentes. Não havendo manifestações em sentido contrário, o relatório e a proposta apresentada foram considerados aprovados, por aclamação. Logo em seguida, foi concedido intervalo para almoço. Reiniciada a reunião, passou-se a leitura da manifestação contra a fala do Sr. Roberto Campos Neto, Presidente do Banco do Brasil enaltecendo o trabalho infantil. A Conselheira Marta Volpi realizou a leitura do documento. Finalizada a leitura integral da manifestação, ingressou-se em regime de votação para deliberar sobre a Nota Pública editada. Não havendo manifestações em sentido contrário, a Manifestação de Repúdio do Conanda à declaração do Sr. Roberto Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, foi considerada aprovada por unanimidade. Não obstante a isso, o documento seria encaminhado à Assessoria de Imprensa do Ministério dos Direitos Humanos, ao Sr. Roberto Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, à Presidência da República, ao Ministro da Fazenda e ao Ministério Público do Trabalho. Nessa perspectiva, o Presidente Ariel de Castro Alves justificou a sua ausência no restante da reunião devido a compromissos de governo. Dando prosseguimento, passou-se a apresentação do relatório da Comissão Permanente de Políticas Públicas (CPP). A Conselheira Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira destacou que o planejamento feito pela comissão seria continuar o trabalho iniciado na gestão anterior, com relação aos temas envolvendo a primeira infância; trabalho infantil; plano decenal; SINASE; convivência familiar e o enfrentamento da violência sexual. Além desses temas, mencionou a respeito da importância da segurança alimentar, a cobertura vacinal e a introdução dos profissionais de saúde no sistema educacional para o atendimento a crianças e adolescentes. Citou sobre as violências sofridas pela comunidade LGBTQIA+, o diagnóstico das vítimas desses casos, a proteção das crianças e adolescentes pertencentes a tribo *Yanomami* e as consequências da implementação do novo Ensino Médio. Complementando a apresentação, a Conselheira Débora de Carvalho Vigevani pontuou sobre a necessidade de se estabelecer limites a atuação de temas em que o Conanda pode se envolver, a exemplo do povo *Yanomami* e solicitou o auxílio dos conselheiros e conselheiras para identificar quais são as atribuições da alçada do Conanda e quais estratégias poderiam ser adotadas. Na mesma linha, a Conselheira Fabiane Macedo Borges destacou a respeito do serviço de acolhimento realizado pelo programa Família Acolhedora, que vem ganhando destaque nos últimos anos tanto do Governo quanto da Sociedade Civil. Indicou que o guia de acolhimento familiar formulado pela coalisão pelo acolhimento familiar enriqueceu o debate entre o Poder Público e a Sociedade. Ponderou que seria importante realizar uma reunião com os conselheiros estaduais dos conselhos de direitos antes da distribuição do material. Finalizada a apresentação, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. O Conselheiro Romero Silva discursou a respeito da necessidade de se estabelecer prioridades. Na mesma esteira, a Conselheira Marta Volpi elogiou a postura da comissão na tentativa de esgotar todos os assuntos referentes ao planejamento elaborado na gestão anterior. A Conselheira Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá em apertada síntese, abordou sobre a execução da política pública e a atenção ao orçamento para executá-las. O Conselheiro Lacerda Souto em síntese, discursou sobre a necessidade de se fazer a incidência das políticas públicas sob o ponto de vista do papel de um Conselho de Direitos ao realizar o controle social. Finalizadas as considerações e manifestações, ingressou-se em regime de votação para deliberar sobre a aprovação do relatório. Não havendo manifestações em sentido contrário, o relatório foi considerado aprovado. Nesse ínterim, passou-se ao relatório da Comissão Permanente de Orçamento e Finanças (COF). A Conselheira Ana Paula Guidolin relatou que o documento foi separado por desafios e que cada um possuía um objetivo diferente e entregas distintas. Alegou que por ser um documento extenso, todos os conselheiros e conselheiras teriam acesso ao arquivo. Mencionou alguns dos desafios elencados no documento, como por exemplo a relação dos programas do Governo Federal relativos aos direitos da criança e do adolescente, do descontingenciamento do fundo e o fortalecimento do fundo dos direitos da criança e do adolescente. Informou a respeito da monitoria da política de direitos da criança e do adolescente, no qual, como primeiro passo, seria elaborado um edital para o financiamento de projetos. Complementando a apresentação, o Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger pontuou que cada setor do Governo de cada comissão deveria estabelecer e definir qual a proposta para o próximo edital, para que a comissão montasse o seu plano de ação. A respeito do edital, alegou que este poderia ser lançado e que o orçamento aprovado foi o de quinze milhões, o qual julgou que não daria para financiar muitos projetos. Assim, solicitou aos conselheiros e conselheiras que analisassem as propostas apresentadas para que até a próxima assembleia informasse a Comissão Permanente de Orçamento e Finanças (COF) quais são as ações que se pretende desenvolver e o valor de cada uma. Finalizada a apresentação, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. A Conselheira Marta Volpi realizou um apelo para que a Comissão de Orçamento e Finanças (COF) desse uma atenção especial a Assistência Social. O Conselheiro Romero Silva acreditou que o espaço político que o Conanda usufrui era propício para incidir e instar a Secretaria da Infância do Ministério dos Direitos Humanos juntamente com o Ministério da Economia. A Conselheira Mônica de Alkimim Moreira Nunes sugeriu que fosse realizada uma parceria com a Comissão Permanente de Mobilização e Formação (CMF) para que o desafio relacionado aos fundos seja mais acessível de ser compreendido. Ademais, sugeriu que fosse realizada uma parceria com o sistema de justiça para que o dinheiro de multas e penalidades fosse revestido ao fundo da infância. A Conselheira Débora de Carvalho Vigevani recomendou que os Ministérios fossem solicitados para informarem quais os programas, serviços e políticas direcionados as crianças e adolescentes estão sendo desenvolvidas e que a Secretaria Executiva do Conanda poderia encaminhar essa solicitação. Em resposta, o Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger respondeu que pelo fato de o Conanda ser composto por representantes dos Ministérios, que esses conselheiros representantes fizessem esse trabalho, com o propósito de que o conselheiro ou conselheira seja o elo daquilo que a comissão pretende monitorar. O Conselheiro Eloi Gallon sugeriu que fosse refletido na possibilidade de não permitir o contingenciamento do fundo e na proibição de que este fosse engessado por algum Decreto de

emergência ou de calamidade pública, a fim de garantir minimamente o recurso financeiro para as ações. Finalizadas as inscrições para manifestações, ingressou-se em regime de votação para deliberar sobre a aprovação do relatório da Comissão Permanente de Orçamento e Finança (COF). Não havendo manifestações em sentido contrário, o relatório foi considerado aprovado, por aclamação. A Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas informou que no dia seguinte aconteceria uma reunião entre a Flacso Brasil, a Secretaria Executiva do Conanda e a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente para acertar os detalhes sobre a metodologia a ser empregada na 12ª CNDCA. Vencido os assuntos consoantes da ordem do dia, foi concedida a fala para os adolescentes do CPA para dialogarem com os conselheiros e conselheiras do Conanda. Finalizada a fala e considerando que não havia mais inscrições para fala, a Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas agradeceu a presença de todos, à equipe de apoio e suporte e declarou encerrada a 311ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Nos termos do inciso III, do Artigo 50 da Resolução nº 217/2018 do Conanda, bem como inciso III do artigo 154 da Portaria MMFDH nº 3.136/2019, lavrei esta Ata.

LAURENICE ALVES DE CASTRO
Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente



Documento assinado eletronicamente por **Laurenice Alves de Castro, Secretario(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 22/03/2023, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3458033** e o código CRC **B96EA28C**.